

**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**PROCESSO Nº 14087/19**

**1- DO OBJETO**

**1.1.** Aquisição, sob demanda, de **GÊNEROS ALIMENTÍCIOS- LEITE**, para atender às necessidades da rede municipal de saúde, pelo prazo de 12 meses, conforme condições, especificações, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas nas Requisições que seguem nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

**1.2. Requisitantes:** Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro  
Caps i, Caps II e Caps AD

**1.3. Fundamentação Legal:** Pregão Presencial via Registro de Preços, de acordo com a Lei Nº 10.520/02.

**1.4. Período:** 12 meses, a contar da assinatura da Ata de Registro de Preços.

**1.5. Tipo:** Menor preço unitário, nos termos da Lei nº. 8.666/93.

**2- DO QUANTITATIVO**

**2.1.** A tabela a seguir descreve detalhadamente o objeto deste Termo de Referência:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT.
1	LEITE LONGA VIDA- INTEGRAL UHT- EMABALAGEM TETRA PACK- DE 1 LITRO	LTS	23.732

**2.2.** O quantitativo dos itens a serem adquiridos e sua provável utilização foram baseadas no histórico de consumo das Unidades.

**3- DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO**

**3.1.** A Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo realiza anualmente licitações para abastecimento das unidades de saúde, que compõem sua estrutura, com a devida previsão dos itens nelas utilizados.

**3.2.** A presente proposição para aquisição de LEITE se justifica, pela necessidade de reposição do estoque, padronizado, e indispensável para o bom funcionamento e manutenção das atividades do Setor de Nutrição.



**3.3. O quantitativo solicitado visa atender ao consumo dos servidores, colaboradores e usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) do Município de Nova Friburgo e demais regiões assistidas por estas unidades.**

**3.4. A aquisição desses itens se faz necessária, pois os mesmos são utilizados na rotina diária de cada Unidade, sendo assim imprescindíveis para funcionamento das mesmas.**

**3.5. De forma geral, a alimentação adequada e equilibrada contribui para o desenvolvimento saudável dos pacientes, garantindo segurança alimentar e nutricional, bem como condições de saúde àqueles que necessitem de atenção alimentar específica.**

**3.6. Tal aquisição irá suprir a demanda do município de Nova Friburgo pelo período de 12 meses e se dará pelo Sistema de Registro de Preços.**

#### **4- QUANTITATIVOS E LOCAIS DE ENTREGA**

**4.1.** A Contratada deverá atender a todas as ordens de fornecimento expedidas pelas Unidades Requisitantes abaixo relacionadas, observando o consumo estimado para 12 meses.

Item	Produto	U/C	HMNF	CAPS II	CAPS i	CAPS AD	TOTAL
1	LEITE LONGA VIDA- INTEGRAL UHT- EMBALAGEM TETRA PACK- DE 1 LITRO	Lts.	20.000	2.280	300	1.152	23.732

**4.2.** Os itens solicitados deverão ser entregues em cada uma das Unidades Requisitantes, de acordo com suas solicitações e nos horários estabelecidos, nos endereços arrolados abaixo:

**4.2.1 Hospital Maternidade de Nova Friburgo** - Travessa Antônio Fernandes Moreira, n.º 12, Centro, Nova Friburgo/RJ.

**4.2.2 CAPS II** - Avenida Comte. Bittencourt, n.º 142, Centro, Nova Friburgo/RJ.

**4.2.3 CAPS i** - Alameda Marques de Maricá, nº 137, Parque São Clemente, Nova Friburgo/RJ;

**4.2.4 CAPS- AD** - Rua Professor Frezze, nº 84, Vilage, Nova Friburgo/RJ.

#### **5- PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA**

**5.1.** O fornecimento será efetuado da seguinte forma:

**5.1.1.** Entrega semanal, às segundas- feiras, às 08h00minh.



**5.2.** O prazo de validade dos produtos, na data da entrega, não poderá ser inferior a 03 (três) meses, ou a metade do prazo total recomendado pelo fabricante, o que for maior.

**5.3.** A contratada ficará sujeita as seguintes condições:

**5.3.1.** Entregar os produtos contendo, em sua embalagem, a data de fabricação, validade e/ou vida útil;

**5.3.2.** Seguir programação do órgão requisitante, quanto à data, horário, local e quantidade a serem entregues;

**5.3.3.** Comprometer-se a efetuar a substituição imediata, e totalmente às suas expensas, de qualquer produto entregue comprovadamente em desacordo com este Termo de Referência, ou seja, fora das especificações técnicas e padrões de qualidade exigidos.

## **6- DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS**

**6.1.** Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei vigente.

## **7- RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

**7.1.** Os bens são recebidos:

**7.1.1.** Provisoriamente, a partir da entrega, para efeitos de verificação da conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.

**7.1.2.** Definitivamente, após verificação da conformidade com as especificações constantes do edital e das propostas. Sua consequente aceitação se dará em até 02 dias úteis a contar do recebimento provisório.

**7.2.** Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se á como realizada, consumando-se o recebimento provisório.

## **8- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**8.1.** As despesas decorrentes da aquisição dos objetos previstos no presente Termo de Referência correrão por conta do elemento de despesa e fonte de recurso abaixo descrito:

**8.1.1. Elemento de despesa – 33.90.30-15**

**8.1.2. Fonte de recurso 07 – SUS**



**8.2.** Quanto aos Programas de Trabalho, serão utilizados de acordo com as especificações a seguir:

**8.2.1.** Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro:  
**30001.1030200702.189;**

**8.2.2.** CAPS: **30001.103020087.2.327.**

**8.3.** As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ: 11.399.442/0001-79- AVENIDA ALBERTO BRAUNE, Nº 224, SALA 221, CENTRO, NOVA FRIBURGO/RJ, CEP 28613-001.**

## **9- DA LIQUIDAÇÃO**

**9.1.** A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência.

## **10- DO PAGAMENTO**

**10.1.** O pagamento será efetuado conforme estabelece o decreto nº 258 de 27 de Setembro de 2018, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

**10.1.1.** Negativa de Débitos Trabalhistas;

**10.1.2.** Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;

**10.1.3.** FGTS;

**10.1.4.** PGE – referente à Dívida Ativa Estadual;

**10.1.5.** Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;

**10.1.6.** Estadual CND – referente ao ICMS.

**10.2.** A Nota Fiscal de Serviço deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o **CONTRATANTE** efetuar o pagamento do valor devido;

**10.3.** Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

## **11. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**11.1.** Não poderão participar da licitação as empresas que estiverem sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito contratar ou licitar com a Administração Pública;



**11.2.** Não poderão participar ainda os servidores de qualquer órgão ou entidade vinculados ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos.

**11.3.** Os interessados, ou seus representantes legais, deverão comparecer nas instalações da Comissão de Pregão na data e horário estipulado, comprovando possuir poderes para formular propostas e para a prática de todos os demais atos do certame. É vedada a participação de um mesmo representante legal para mais de uma empresa, sendo admitido somente um representante por proponente.

**11.4.** A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

## **12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**12.1.** Caberá à Contratante:

**12.1.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

**12.1.2.** Receber provisoriamente o material, disponibilizado local, data e horário;

**12.1.3.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

**12.1.4.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

**12.1.5.** Efetuar o pagamento no prazo previsto;

**12.1.6.** Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

**12.2.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 
- 13.1.** Ter capacidade de atendimento da demanda com eficiência, presteza e zelo;
- 13.2.** Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Contratante, em estrita observância das especificações do Termo de Referência e da proposta, acompanhada da respectiva Nota Fiscal Eletrônica COMPLETA constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia, quando for o caso, acompanha das certidões de regularidade fiscal citadas nos **subitens 10.1.**
- 13.3.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12,13,18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº.8.078, de 1990);
- 13.4.** O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Contratante, substituir, reparar, corrigir remover, ou reconstruir, as suas expensas, no prazo máximo de 03 dias, o produto com avarias, defeitos ou em desacordo com o Termo de Referência;
- 13.5.** Atender prontamente a quaisquer exigências da Contratante, inerentes ao objeto da presente contratação;
- 13.6.** Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta do contrato.
- 13.7.** Responsabilizar-se, pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.
- 13.8.** Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 02 horas de antecedência, os motivos que eventualmente impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 13.9.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 13.10.** Arcar com ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto

inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do 1º parágrafo do art. 57 da Lei nº. 8.666, de 1993.

**14. MEDIDAS ACAUTELADORAS**

**14.1.** Consoante o artigo 45 da Lei 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

**15. DA SUBCONTRATAÇÃO**

**15.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto.

**16. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

**16.1.** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que seja observada por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

**17. DO CONTROLE DA EXECUÇÃO**

**17.1.** O acompanhamento e a fiscalização da contratação serão exercidos por um representante da Contratante, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surjam no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº. 8.666/93 e do artigo 6º do Decreto nº. 2.271, de 1997.

**17.2.** Para acompanhamento e fiscalização da execução do presente contrato, ficam designados os agentes públicos abaixo informados:

UNIDADE	SERVIDOR	MATRÍCULA	DESIGNAÇÃO
HMDMDC	TÂNIA COSTA M <sup>a</sup> COSTA MOREIRA	299.369	FISCAL TITULAR
	PATRÍCIA FERREIRA NOLASCO	200.0742	FISCAL SUBSTITUTA
CAPS II	LILLIAN GOSLEE MIELLI BLACK	207.394	FISCAL TITULAR
	NILTA GOMES DE MACEDO	207.771	FISCAL SUBSTITUTA
CAPS i	ANA CAROLINA TEIXEIRA PINTO	207.068	FISCAL TITULAR
	JÚLIA CONTE DIAS	107.562	FISCAL SUBSTITUTA
CAPS AD	CLÁUDIA PIETROBOM DE ALVARENGA MAFRA	299.138	FISCAL TITULAR
	ÉRICK DAUDT	215.142	FISCAL SUBSTITUTO



<b>ADMINISTRAÇÃO</b>	INDYARA SARDOU ROCHA	200.0805	GESTORA TITULAR
	MONARA TAVARES CUNHA	200.0263	GESTORA SUBSTITUTA

- 17.3.** O fiscal do contato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhado os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 17.4.** O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.
- 17.5.** A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
- 17.6.** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art.70 da Lei nº. 8.666, de 1993.

**18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**18.1.** O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 8.666/93.

**18.2.** Comete infração administrativa:

- 18.2.1.** Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 18.2.2.** Apresentar documentação falsa;
- 18.2.3.** Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 18.2.4.** Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 18.2.5.** Não mantiver a proposta;
- 18.2.6.** Cometer fraude fiscal;
- 18.2.7.** Comportar-se de modo inidôneo;





**18.3.** Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Me/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

**18.4.** Com fulcro nos artigos 86 e 87 da Lei 8666/93, a Administração Pública poderá garantir a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes penalidades, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, as seguintes sanções:

**18.4.1.** Advertência;

**18.4.2.** Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

**18.4.3.** Impedimento de licitar e de contratar com o Município e descredenciamento pelo prazo de até cinco anos;

**18.5.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

**18.6.** A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93, e subsidiariamente na lei n.º 9.784/99.

**18.7.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como, o dano causado à administração, observado o princípio da proporcionalidade.

## **19. DA RESCISÃO**

**19.1.** O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará a Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento.

**19.2.** Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei nº. 8.666/1993 constituem motivos para a rescisão do contrato:

**19.2.1.** Atraso injustificado na prestação dos serviços, bem como a sua paralisação sem justa causa e prévia comunicação a Secretaria Municipal de Saúde.



---

**19.2.2.** O cometimento reiterado de falhas, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante da Secretaria Municipal de Saúde.

**19.3.** Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei nº. 8.666/93, aplicando-se, no que couberem, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

Termo de referência elaborado por:

**Indyara Sardou Rocha**  
**Matrícula 200.0805**

Ratifico o presente termo de referência, nos termos do art. 6º, inciso III da lei federal Nº 8.666/93 em analogia ao art.7º, § 2º, inciso I da lei federal Nº 8.666/93, bem como autorizo **ABERTURA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.**

Nova Friburgo-RJ, 02 de Julho de 2019.

**Marcelo Braune**  
**Secretário Municipal de Saúde**  
**Matrícula 200.0001**



**NOVA FRIBURGO**

**PREFEITURA**

**CIDADE DE TODOS OS POVOS**

---